

# COMISSÃO ESPECIAL SOBRE COMPETÊNCIAS FEDERATIVAS EM SEGURANÇA PÚBLICA (PEC 018/25)

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. MENDONÇA FILHO)

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão Especial sobre Competências Federativas em Segurança Pública (PEC 018/25) para debater os desafios institucionais da Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública destinada a discutir os desafios institucionais da Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil. Sugerimos que sejam convidados os seguintes nomes:

- **Esaú Feitosa** – Diretor de Inteligência Interna da Agência Brasileira de Inteligência;
- **Coronel Pedro Luís de Sousa Lopes** – Chefe do Centro de Inteligência PMSP;
- **Marcia Cecilia Meng** - Superintendente da Receita Federal em SP.



## JUSTIFICAÇÃO

A presença, neste debate, de autoridades que representam distintos setores estratégicos do Estado brasileiro confere robustez institucional às reflexões propostas. O Diretor de Inteligência Interna da Agência Brasileira de Inteligência, Esaú Feitosa, simboliza a dimensão nacional da atividade de inteligência, essencial para a antecipação de ameaças e para a proteção da soberania. O Coronel Pedro Luís de Sousa Lopes, à frente do Centro de Inteligência da Polícia Militar de São Paulo, traz a perspectiva operacional e federativa, conectando a realidade concreta da segurança pública nos Estados com o esforço nacional de integração. Já a Superintendente da Receita Federal em São Paulo, Márcia Cecília Meng, insere no debate a relevância do controle fiscal e aduaneiro, área fundamental para o enfrentamento da criminalidade econômica e transnacional.

Essa composição plural demonstra que o enfrentamento ao crime organizado e às ameaças contemporâneas à segurança não pode ser compreendido como responsabilidade exclusiva de um único órgão ou esfera, mas exige coordenação entre inteligência estratégica, atuação policial direta e mecanismos de controle econômico-financeiro. A convergência dessas visões distintas legitima a formulação de propostas que busquem alinhar o sistema de segurança pública brasileiro às melhores práticas internacionais, fortalecendo tanto a prevenção quanto a repressão de ilícitos complexos.

Por essas razões, submeto o presente Requerimento à apreciação dos nobres Pares.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputado MENDONÇA FILHO

